



Textos PARA Discussão

n. 36

Educação, trabalho e renda:
sinais de um ambiente ainda
hostil aos de pele negra na Bahia

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Jerônimo Rodrigues

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Cláudio Ramos Peixoto

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

José Acácio Ferreira

DIRETORIA DE PESQUISA

Rodrigo Barbosa de Cerqueira

COORDENAÇÃO DE PESQUISAS SOCIAIS

Lucigleide Nery Nascimento

COORDENAÇÃO DE INOVAÇÃO E CIÊNCIAS DE DADOS EM PESQUISA

Silvânia Ferreira Conceição

EQUIPE TÉCNICA

Luiz Fernando Araújo Lobo

Camila Braz Soares

Silvânia Ferreira Conceição

Lucigleide Nery Nascimento

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Marllia Reis

EDITORIA-GERAL

Elisabete Cristina Teixeira Barretto Guanais

EDITORIA DE ARTE

Ludmila Nagamatsu

NORMALIZAÇÃO

Éliana Marta Gomes da Silva Sousa

Patrícia Fernanda Assis da Silva

REVISÃO ORTOGRÁFICA

2Designers

EDITORAÇÃO

Nando Cordeiro

Av. Luiz Viana Filho, 4ª avenida, 435, 2º andar, CAB, CEP 41745-002, Salvador - Bahia

Tel.: 55 (71) 3115-4733 www.sei.ba.gov.br

EDUCAÇÃO, TRABALHO E RENDA: SINAIS DE UM AMBIENTE AINDA HOSTIL AOS DE PELE NEGRA NA BAHIA

APRESENTAÇÃO

Há avanços e transformações em curso, mas, sem dúvida, a componente cor ou raça em território brasileiro ainda se constitui em fonte de desigualdade, a qual se encontra espalhada – e, às vezes, camuflada – em diversas dimensões da vida social. Dessa forma, mesmo que progressos possam ser reconhecidos, há ainda muitos desafios e, portanto, espaço para melhorias da realidade da população negra em todo o país.

A fim de melhor conhecer o cenário e contribuir minimamente com as discussões, aproveitando o mês de celebração da Consciência Negra, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan-BA), tendo por base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) para o ano de 2024, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), traça um breve perfil da população negra baiana e faz um levantamento e análise de alguns indicadores que possam expor fragilidades sociais e econômicas relacionadas a questões de cor ou raça no estado.

DESTAQUES

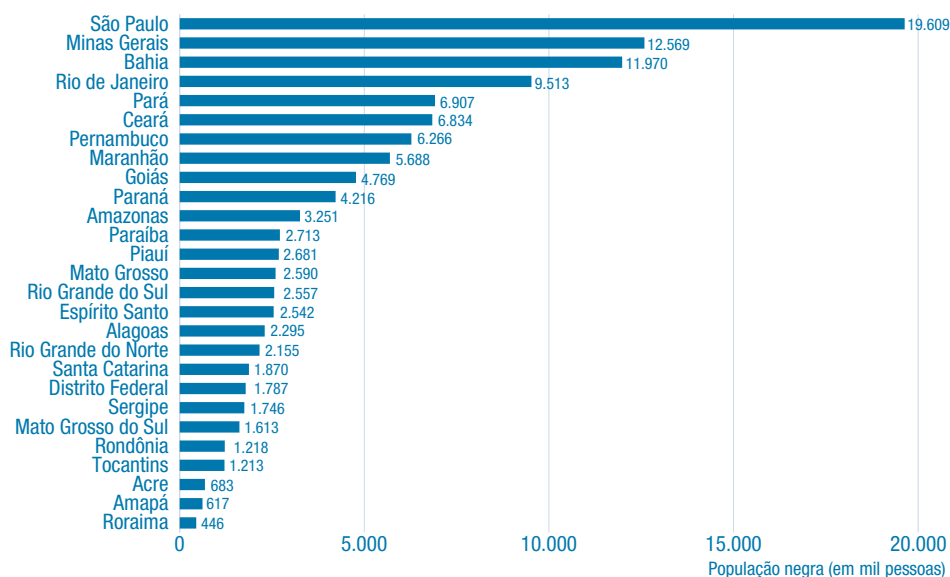
- A Bahia, em 2024, com 11,970 milhões de pessoas negras, aproximadamente 9,9% do conjunto de negros no país, detinha o terceiro maior quantitativo entre as unidades federativas.
- Em 2024, a Bahia possuía 3,624 milhões de pretos e 8,347 milhões de pardos, segundo e terceiro maiores contingentes do país, respectivamente.
- No ano de 2024, a população baiana era formada por 56,3% de pardos, 24,4% de pretos, 18,0% de brancos e 1,3% de indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça.
- A porção de 80,7% de autodeclarados pretos ou pardos dentro das fronteiras baianas, em 2024, se mostrou a segunda maior da nação brasileira.
- A Bahia, com 24,4% de sua população autodeclarada de cor preta, se confirmou como a unidade da Federação com o maior percentual de pretos do país.
- Em 2024, na Bahia, a proporção de negros com 16 anos ou mais de estudo se mostrou menor do que a de brancos, 11,1% contra 20,3%, nesta ordem.
- O percentual de indivíduos sem instrução ou com até quatro anos de estudo foi maior entre os negros baianos (22,2%) do que entre os brancos baianos (20,4%) em 2024.

- Em 2024, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi de 9,8% para os negros e de 8,7% para os brancos na Bahia.
- A taxa de desocupação foi maior para a população negra (11,1%) do que para a branca (9,5%) na Bahia em 2024.
- A taxa de informalidade foi maior entre os negros baianos (52,7%) do que entre os brancos baianos (48,0%) em 2024.
- O percentual de desalentados foi de 11,8% para os negros e de 7,0% para os brancos no estado em 2024.
- Na Bahia, em 2024, o rendimento médio do trabalho principal foi maior para os brancos do que para os negros, já que estes receberam R\$ 1.910 em média e aqueles auferiram R\$ 2.909 – ou seja, em média, os ocupados brancos receberam 52,3% a mais do que os ocupados negros.

ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO

Em 2024, conforme estimativas provenientes da PNADC Anual, o Brasil possuía aproximadamente 120,317 milhões de negros, indivíduos que se autodeclararam pretos ou pardos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025). A Bahia, estado com a quarta maior população do país, por sua vez, tinha 11,970 milhões de pessoas negras, conforme ilustrado no Gráfico 1. Assim, do conjunto de negros no país, aproximadamente 9,9% se encontravam em território baiano – terceiro maior quantitativo entre as unidades federativas, atrás somente do estimado para São Paulo (16,3% ou 19,609 milhões) e Minas Gerais (10,4% ou 12,569 milhões), os dois estados mais populosos da Federação.

Gráfico 1 – Quantitativo de negros por unidades da Federação (em mil) – 2024



Fonte: IBGE (2025). Elaboração: SEI/Dipeq.

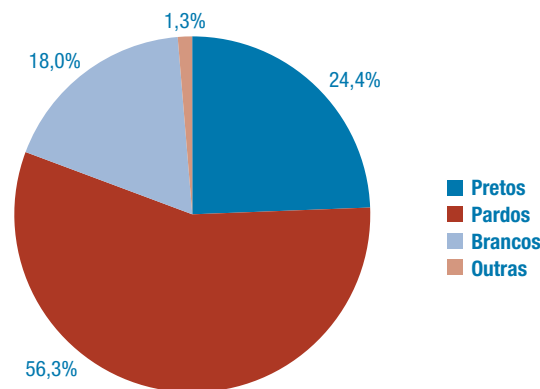
Nota: acumulado de primeiras visitas.

No que se refere estritamente aos grupamentos que compõem o conjunto de negros, o Brasil possuía 22,647 milhões de pretos e 97,670 milhões de pardos. Desses totais, a Bahia, por sua vez, concentrava 16,0% (ou 3,624 milhões) e 8,5% (ou 8,347 milhões) dos montantes correspondentes – segundo e terceiro maiores

contingentes de pretos e de pardos do país, respectivamente. Quanto às demais categorias, a Bahia possuía 3,0% dos brancos brasileiros e 8,1% dos indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça residentes em terras brasileiras naquele ano.

Historicamente, a população baiana é composta predominantemente por pessoas autodeclaradas negras, dentre elas, as que se consideram pardas sendo a maioria. No ano de 2024, de forma mais detalhada, em termos percentuais, como se pode melhor visualizar pelo Gráfico 2 abaixo, a população baiana era formada por 56,3% de pardos, 24,4% de pretos, 18,0% de brancos e 1,3% de indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça.

Gráfico 2 – Distribuição da população, em porcentagem, segundo cor ou raça – Bahia – 2024



Fonte: IBGE (2025). Elaboração: SEI/Dipeq.

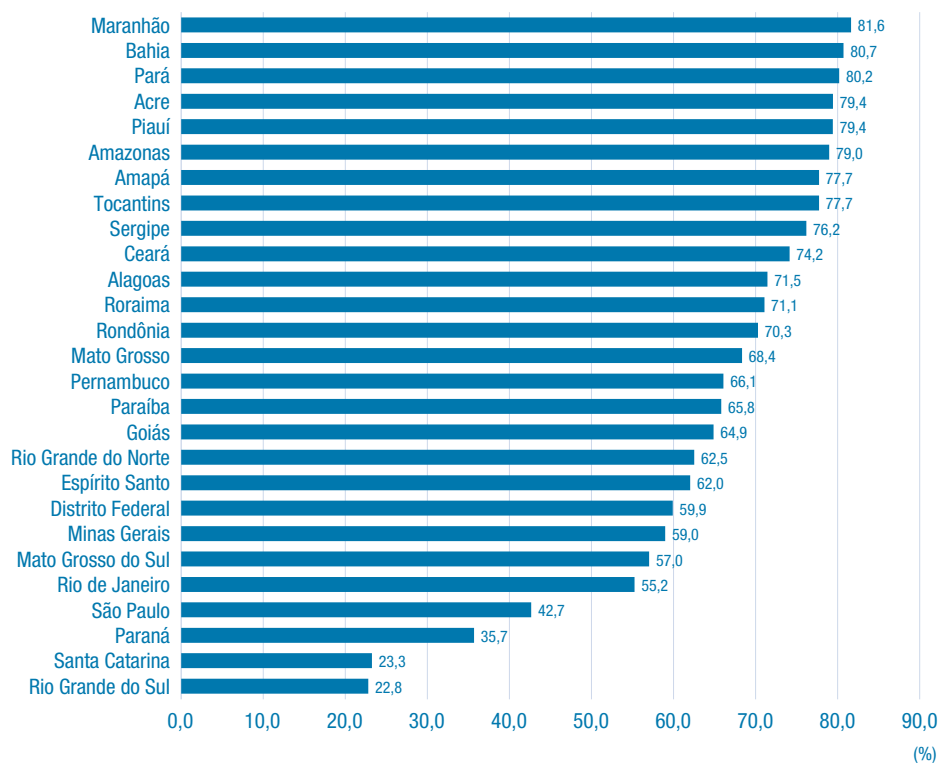
Nota: acumulado de primeiras visitas.

A categoria denominada "Outras" engloba a população de indígenas e amarelos e as pessoas sem declaração de cor ou raça.

Do contingente populacional da Bahia, em 2024, quando se somam os percentuais de pardos e pretos, portanto, 80,7% se autodeclaravam como indivíduos de raça negra – estimativa maior do que as encontradas para o Brasil (56,8%) e o Nordeste (74,4%). Além do mais, essa porção de 80,7% de autodeclarados pretos ou pardos dentro das fronteiras baianas se mostrou a segunda maior da nação brasileira, atrás apenas da verificada para o Maranhão (81,7%), como se pode observar pelo Gráfico 3. Por sua vez, Rio Grande do Sul (22,8%) e Santa Catarina (23,3%) se revelaram as unidades federativas com as menores proporções de negros do país no referido ano.

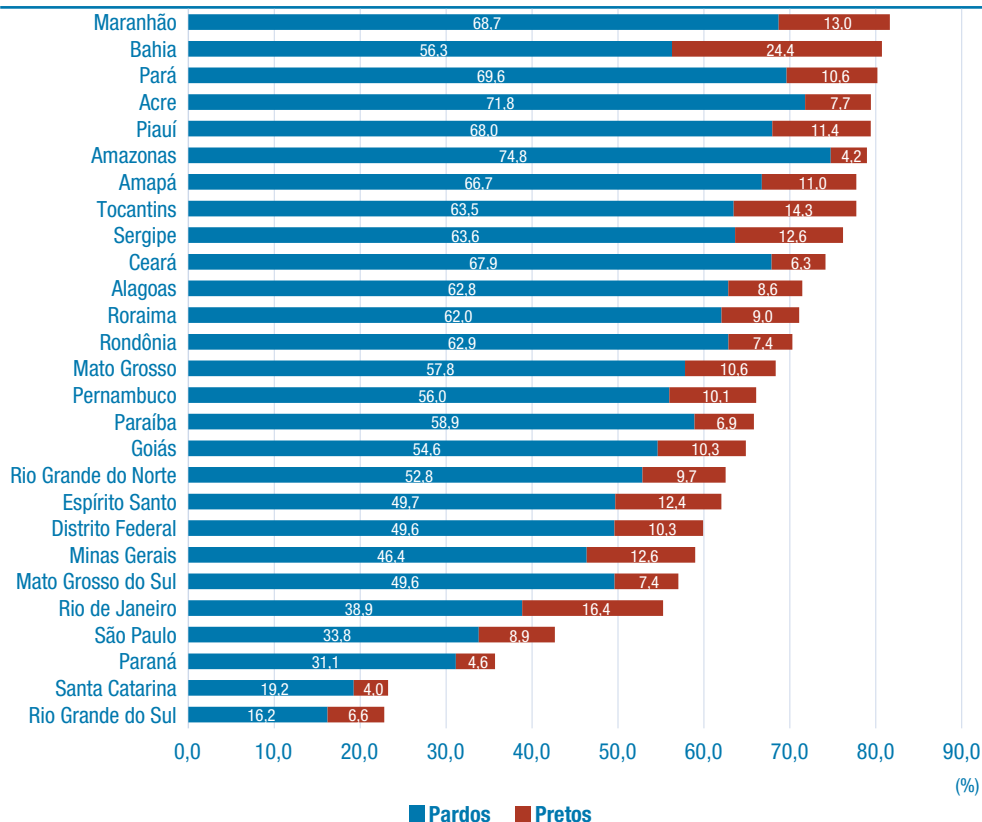
Interessante destacar que, com quase um quarto de sua população sendo formada por pessoas pretas, a Bahia (24,4%) se confirmou como a unidade da Federação com o maior percentual de pretos do país, seguida por Rio de Janeiro (16,4%), Tocantins (14,3%) e Maranhão (13,0%), como se pode acompanhar pelo Gráfico 4. Por outro lado, Santa Catarina (4,0%), Amazonas (4,2%) e Paraná (4,6%) foram os estados com as menores concentrações de pessoas autodeclaradas de cor preta naquele ano. No entanto, no que se refere exclusivamente aos pardos, a Bahia, com 56,3%, ficou apenas na 15ª posição entre as unidades federativas. Os estados do Amazonas (74,8%) e Rio Grande do Sul (16,2%), por sua vez, foram aqueles com a maior e a menor proporção de pardos do país, respectivamente.

Gráfico 3 – Proporção de negros por unidades da Federação - 2024



Fonte: IBGE (2025). Elaboração: SEI/Dipeq.
Nota: acumulado de primeiras visitas.

Gráfico 4 – Proporção de pardos e pretos por unidades da Federação - 2024



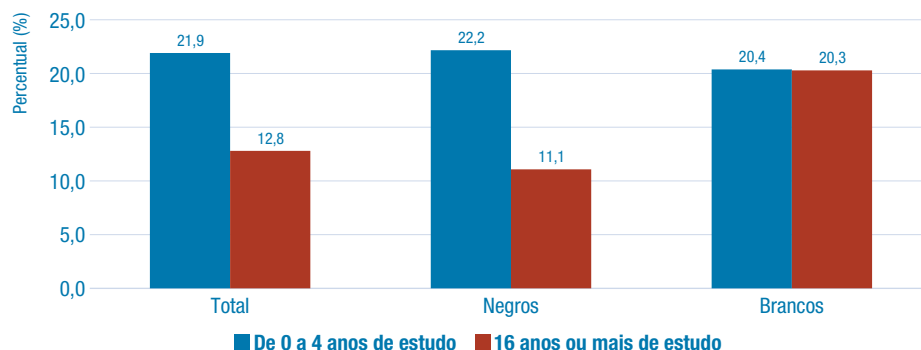
Fonte: IBGE (2025). Elaboração: SEI/Dipeq.
Nota: acumulado de primeiras visitas.

REALIDADE EDUCACIONAL

A assimetria social entre brancos e negros pode ser notada em diversos campos do cotidiano de uma sociedade, entre os quais o da educação. Dados sobre evasão escolar, analfabetismo, escolaridade e anos de estudo, por exemplo, costumam ser utilizados para tentar investigar eventuais desigualdades em desfavor da população negra. Nesse sentido, conforme a PNADC Educação (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025), pode-se constatar que, na Bahia, em 2024, do conjunto de indivíduos com 25 anos ou mais de idade de cada cor ou raça, como se não bastassem os baixos percentuais para quaisquer dos grupos populacionais, a estimativa de negros com 16 anos ou mais de estudo continuou menor do que a de brancos: enquanto 11,1% daqueles possuíam pelo menos 16 anos de estudo, 20,3% destes tinham esse tempo de estudo – ou seja, uma diferença de 9,2 pontos percentuais em favor dos autodeclarados de cor branca (no Brasil, essa disparidade alcançou 14,3 pontos percentuais, mas perante estimativas mais favoráveis em nível: 12,5% dos negros brasileiros e 26,8% dos brancos brasileiros possuíam pelo menos 16 anos de estudo). Independentemente de cor ou raça, 12,8% dos baianos com 25 anos ou mais de idade contavam com pelo menos 16 anos de estudo em 2024 – indicando, dessa forma, que os negros (11,1%) apresentavam um percentual menor do que a média geral e que os brancos (20,3%), uma estimativa maior. Com a desagregação por gênero, os achados associados à cor ou raça não mudaram: percentual de homens negros com pelo menos 16 anos de estudo (8,5%) menor do que o de homens brancos (17,7%) e de mulheres negras com 16 anos ou mais de estudo (13,3%) menor do que o de mulheres brancas (22,7%). Por sinal, o grupamento dos homens negros foi o que registrou a menor proporção de indivíduos com 16 anos ou mais de estudo.

Ainda com base na PNADC Educação (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025), agora explorando o outro extremo, que abarca aqueles sem instrução ou com até quatro anos de estudo, também se pode identificar mais um ponto de suscetibilidade social vivenciada pelo contingente negro em território baiano. Nesse quesito, com percentuais ainda surpreendentemente elevados para todos os recortes populacionais em 2024, a realidade também se mostrou mais desfavorável para a população negra do que para a branca, visto que 22,2% dos negros contra 20,4% dos brancos tinham nenhum ou pouco tempo de estudo – uma diferença de 1,8 ponto percentual em desfavor daqueles (em território brasileiro, essa discrepância foi de 7,0 pontos percentuais, contudo, diante de patamares menos adversos: 17,2% dos negros brasileiros e 10,2% dos brancos brasileiros possuíam no máximo quatro anos de estudo). Sem levar em conta qualquer desagregação, a porção de baianos sem instrução ou com no máximo quatro anos de estudo ficou em 21,9% no referido ano, revelando assim que essa situação era mais comum para os negros (22,2%) do que para o conjunto da população baiana (Gráfico 5). Quando da adição do recorte por gênero, a desigualdade por cor ou raça persistia, já que o percentual de homens negros com até quatro anos de estudos (24,0%) se mostrou maior do que o de homens brancos (23,3%) e o de mulheres negras (20,6%) se revelou maior do que o de mulheres brancas (17,5%) – evidenciando, assim, que o grupo dos homens negros era o que detinha a maior porção de indivíduos com nenhum ou pouco tempo de estudo.

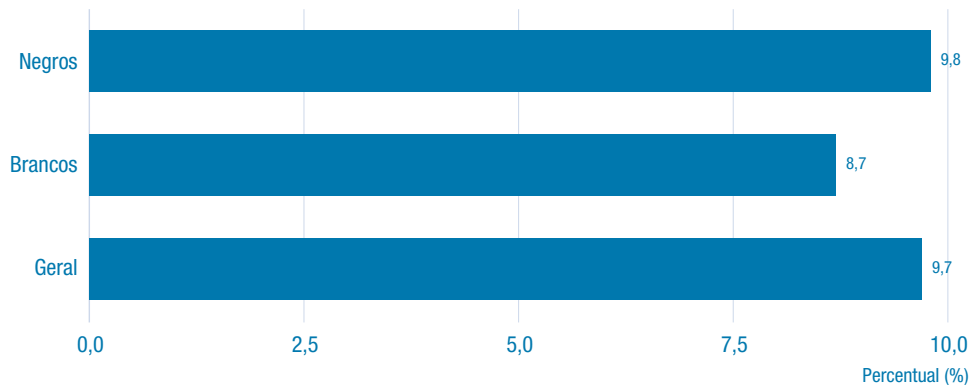
Gráfico 5 – Distribuição da população(1), em porcentagem, por determinadas faixas de anos de estudo, segundo cor ou raça – Bahia – 2024



Fonte: IBGE (2025). Elaboração: SEI/Dipeq.
 Nota: (1) Pessoas de 25 anos ou mais de idade.

O analfabetismo, situação que costumeiramente revela muito das condições socioeconômicas e das desigualdades sociais vivenciadas por determinado indivíduo ou grupo de indivíduos, também pode servir como parâmetro para a denúncia de uma realidade aviltante decorrente da cor ou raça. Segundo a PNADC Educação (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025), como se pode ver no Gráfico 6, em 2024, na Bahia, entre os indivíduos com 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo foi de 9,8% para a população negra e de 8,7% para o conjunto dos brancos – um distanciamento de 1,1 ponto percentual em desfavor dos de raça negra (no país, essa diferença chegou a 3,8 pontos percentuais, mas diante de taxas mais favoráveis em nível: 6,9% dos negros brasileiros e 3,1% dos brancos brasileiros não sabiam nem ler e nem escrever). O analfabetismo, portanto, ainda se mostrou mais persistente entre os negros baianos do que entre os brancos baianos, reforçando a hipótese de cor ou raça como elemento de desigualdade. Além do mais, vale citar, em 2024, o percentual de negros baianos de 15 anos ou mais que não sabia ler e escrever (9,8%) ainda se encontrava levemente acima da taxa correspondente para o conjunto da população de mesma faixa etária, de 9,7% no referido ano.

Gráfico 6 – Taxa de analfabetismo(1), segundo cor ou raça – Bahia – 2024



Fonte: IBGE (2025). Elaboração: SEI/Dipeq.
 Nota: (1) Pessoas de 15 anos ou mais de idade.

SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO E RENDA

O mundo do trabalho também costuma repercutir diferenças por conta da cor ou raça. A desocupação, a informalidade, o desalento e a subutilização tendem a atingir mais fortemente a população negra do que a branca. Em 2024, na Bahia, por exemplo, os negros representavam 81,9% da força de trabalho (soma de ocupados e desocupados), mas, ao mesmo tempo, compunham 83,9% dos desocupados. Da população fora da força de trabalho, por sua vez, os negros abarcavam 78,7%, no entanto, retratavam 85,9% dos desalentados. Além disso, da força de trabalho ampliada, aquela que engloba a força de trabalho e a força de trabalho potencial, apesar da presença de 82,1% de negros, os subutilizados de raça negra representavam 84,4%. Enfim, em 2024, no estado, continuou havendo uma sobrerrepresentação ou desproporcionalidade da população negra no contexto de alguns dos indicadores em que quanto maior a estimativa, mais desfavorável a situação do grupamento.

Na Bahia, em 2024, segundo a PNADC Anual (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025), que contempla o mercado de trabalho formal e informal, a taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (indicador que avalia a dificuldade em encontrar ocupação por parte daqueles sem trabalho, mas disponíveis e que buscaram uma oportunidade), por exemplo, foi de 10,8%. Considerando o quesito cor ou raça, no entanto, a referida taxa foi de 11,1% para a população negra e de 9,5% para a branca – apontando uma diferença de 1,6 ponto percentual em desfavor dos negros. A realidade se mostrou ainda mais sintomática com o reforço da dimensão gênero, visto que a desocupação atingiu 14,6% das mulheres negras na força de trabalho correspondente no estado – significando que a probabilidade de se encontrar em situação de desemprego foi bem maior para as negras do que para as brancas (8,6%), mas também do que para os negros (8,4%) e os brancos (10,3%) no referido ano. Esses e alguns outros indicadores sobre a realidade do trabalho na Bahia podem ser encontrados na Tabela 1.

Em 2024, entre os ocupados na Bahia, 51,9% eram considerados informais (conjunto formado por empregado do setor privado sem carteira, trabalhador doméstico sem carteira, empregador sem CNPJ, trabalhador por conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar). A informalidade, caracterizada por atividades normalmente mais precárias, mal remuneradas, instáveis e de menor prestígio, como esperado, afetou mais amplamente os trabalhadores negros do que os trabalhadores brancos no estado naquele ano, tendo sido de 48,0% para estes e de 52,7% para aqueles – revelando, assim, uma diferença de 4,7 pontos percentuais. A desigualdade neste contexto persistia quando se efetuava o recorte por gênero: os homens ocupados da raça negra se encontravam em situação mais desfavorável do que os ocupados brancos, com taxas de informalidade de 55,2% e 54,2%, respectivamente; e as mulheres ocupadas negras se deparavam proporcionalmente mais com a informalidade do que as ocupadas brancas, com taxas de 49,4% e 40,2%, nesta ordem – com este comparativo evidenciando uma diferença maior entre elas do que entre eles no que se refere à informalidade no intervalo em questão. Os homens ocupados negros, portanto, foram os que mais estavam alocados na informalidade entre os grupos retratados. Além do mais, entre as atividades informais, vale tratar em particular do trabalho doméstico sem registro em carteira, cuja face em terras baianas tem sido a das mulheres negras, as quais representavam nada menos do que 82,1% do total de domésticos sem carteira no estado em 2024.

O desalento (situação daqueles fora da força de trabalho que estavam disponíveis para assumir um trabalho, mas não tomaram quaisquer providências por razões específicas de mercado) também costuma atingir mais intensamente as pessoas negras do que as brancas. O percentual de desalentados entre aqueles fora da força de trabalho foi de 10,8% na Bahia em 2024, sendo de 11,8% para o contingente negro e de 7,0% para o grupamento branco – um diferencial de 4,8 pontos

percentuais em prejuízo dos negros. A desagregação adicional por gênero indicou a continuidade do desequilíbrio decorrente da cor ou raça no ano analisado, já que o desalento foi maior para homens negros (11,7%) do que para homens brancos (7,9%) e foi maior para negras (11,9%) do que para brancas (6,4%). Isto posto, ao incorporar a questão do gênero, as mulheres negras figuraram com a maior participação de desalentados na população fora da força de trabalho correspondente entre todos os grupamentos, percentual de 11,9%.

O desequilíbrio racial na Bahia também pode ser notado pela análise da distribuição da população ocupada entre os grandes grupos de ocupações. Em 2024, pelo menos três grupamentos podem servir de exemplo: i) Ocupações elementares; ii) Profissionais das ciências e intelectuais; e iii) Diretores e gerentes. O conjunto denominado Ocupações elementares, caracterizado por reunir funções com baixa remuneração e menor prestígio e qualificação, por exemplo, exibiu uma proporção maior entre ocupados negros do que entre ocupados brancos naquele ano, 22,6% contra 13,7%, respectivamente – uma diferença 8,9 pontos percentuais em desfavor dos negros. Na categoria de Profissionais das ciências e intelectuais, marcada por elevado nível de instrução e bons salários, por outro lado, o espaço entre ocupados negros foi menor do que aquele entre ocupados brancos, 8,1% e 15,1%, nessa ordem – uma distância de 7,0 pontos percentuais em favor dos brancos. Por fim, o grupo de Diretores e gerentes, reconhecido por altos rendimentos e ascensão profissional, também registrou uma participação menor entre os ocupados negros, de 1,8%, do que entre os ocupados brancos, de 4,1% – delineando um diferencial de 2,3 pontos percentuais em detrimento do agregado de pretos e pardos.

A remuneração proveniente do trabalho também ajuda a desnudar o desequilíbrio decorrente de cor ou raça. Com base na PNADC Anual, em 2024, na Bahia, o rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas, que foi de R\$ 2.086 para o total da população, mostrou-se maior para os brancos do que para os negros (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025). Enquanto os trabalhadores da raça negra receberam R\$ 1.910 em média, os da cor branca auferiram R\$ 2.909 – ou seja, naquele ano, o rendimento médio mensal das pessoas brancas ocupadas em território baiano se mostrou 52,3% acima do rendimento médio do conjunto de pretos e pardos. O recorte por gênero, quando inserido na análise, permitiu continuar averiguando a existência de desigualdade por cor ou raça quanto ao rendimento do trabalho. De fato, em 2024, em território baiano, constatou-se o seguinte: i) enquanto os homens brancos receberam, em média, R\$ 3.052, os homens negros receberam R\$ 2.019 – ou seja, a remuneração média daqueles foi 51,1% maior do que a destes; e ii) enquanto as mulheres brancas ganharam, em média, R\$ 2.726, as mulheres negras auferiram apenas R\$ 1.756 – ou seja, a remuneração média daquelas foi 55,2% maior do que a destas. No que se refere à recompensa pecuniária pelo trabalho, portanto, essa investigação adicional revelou uma realidade ainda mais hostil quando, além da raça negra, também se é do sexo feminino: o grupo das trabalhadoras negras baianas foi o de menor rendimento, recebendo em média 87,0%, 64,4% e 57,6% do que ganharam os homens negros, as mulheres brancas e os homens brancos, nesta devida ordem.

Tabela 1 – Indicadores de trabalho e renda, por cor ou raça e gênero – Bahia – 2024

Indicador	Estimativa						
	Geral	Negros			Brancos		
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Taxa de desocupação (%)	10,8	11,1	8,4	14,6	9,5	10,3	8,6
Grau de informalidade (%)	51,9	52,7	55,2	49,4	48,0	54,2	40,2
Percentual de desalentados ⁽¹⁾ (%)	10,8	11,8	11,7	11,9	7,0	7,9	6,4
Rendimento médio real habitual (R\$)	2.086	1.910	2.019	1.756	2.909	3.052	2.726

Fonte: IBGE (2025). Elaboração: SEI/Dipeq.

Notas: acumulado de primeiras visitas.

(1) Trata-se do percentual de pessoas desalentadas em relação à população na força de trabalho.

EXPOSIÇÃO FINAL

Como expresso ao longo da análise, na Bahia, em certas frentes, como aquelas relacionadas às áreas de educação, trabalho e renda, a cor ou raça continua se credenciando como fator intensamente relacionado às vulnerabilidades sociais, particularmente no que se refere àquelas enfrentadas por pretos e pardos. No bojo dessa perspectiva, através do levantamento e do exame de alguns indicadores para o estado, no ano de 2024, foi possível trazer à tona algumas importantes constatações, como por exemplo: i) a proporção de negros que alcançou pelo menos 16 anos de estudo se mostrou menor do que a de brancos; ii) o percentual sem instrução ou com no máximo quatro anos de estudo foi maior entre os negros do que entre os brancos; iii) o analfabetismo atingiu proporcionalmente mais os negros do que os brancos; iv) a inserção no mercado de trabalho se apresentou mais difícil para a população negra do que para a branca, dada a maior taxa de desocupação entre os negros do que entre os brancos; v) a informalidade esteve mais presente entre os trabalhadores negros do que entre os trabalhadores brancos; vi) o desalento se revelou mais comum para as pessoas negras do que para as brancas; vii) a concentração em certas ocupações mais próximas da base da pirâmide (aquelas geralmente com menor prestígio, remuneração e qualificação) foi maior entre negros do que entre brancos; viii) o rendimento médio do trabalho principal auferido pelos negros foi menor do que aquele recebido pelos brancos; e ix) a inclusão da variável gênero representou uma camada adicional de desigualdade e vulnerabilidade para as mulheres negras no contexto de indicadores específicos, tais como a taxa de desocupação, o percentual de desalentados e a remuneração média do trabalho.

Enfim, as desigualdades que fragilizam e, até mesmo, marginalizam e excluem pretos e pardos persistem no seio da sociedade brasileira e não podem ser negligenciadas – ainda mais na Bahia, território geográfico cuja identidade singular tem influência marcante da população negra. Sem dúvidas, além da conscientização da existência de disparidades raciais, o fortalecimento de políticas públicas relacionadas ao tema se configura em estratégia fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária. Nesse contexto, vale reforçar, a tarefa de edificação de uma sociedade lastreada pela igualdade racial deve ser executada de forma ininterrupta.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*: microdados 2024. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/Visita. Acesso em: 3 set. 2025.